

ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARRAIAL DO CABO

LISTA DE PRESENÇA GRUPO DE TRABALHO - BILHETE ELETRÔNICO

Em 26 de Novembro de 2019

NOME:	EMPRESA / ÓRGÃO	TELEFONE	E-MAIL
AUCIANO SILVA CARDOZO DOS SANTOS	SECRET. COMPES & LICITAÇÕES (Secretaria de Ambiental)	22. 99913-8655	COMPRES@ARRAIALRJ.S.GOV.BR
JAIANA TOSTA CARDOZO	chefe de gabinete	22 99877.4777	chefiadegabinete@arrail.rj.gov.br
MAXIMIANO UNIS PARES	ASSESSOR PARLAMENTAR VEREADOR WILLIAN LUIZ	(21) 97307-9339	MAXIMIANE@GMAIL.COM
Aerlino Mourão de Oliveira	SECRETARIO DO AMBIENTE	(22) 999309690	ABS.PUBLICADOR@HOTMAIL.COM
BRUNO ROBERTO S. S. MARTINS	SECRETARIA DE SEGURANÇA	(22) 99742-7943	SEMUS@ARRAIAL.RJ.GOV.BR
THIAGO FELIX DAS SANTAS	CÂMARA MUNICIPAL	(22) 99971-5661	— ( ) —
HECIVAL JORQUIM MACIEL	CÂMARA MUNICIPAL	(22) 99968994	— ( ) —
GEMINI MNEZ RICHÃO JUNIOR	CÂMARA MUNICIPAL	(22) 988757128	MOVIMENTOS@GMAIL.COM
André Henrique dos Santos	CÂMARA MUNICIPAL	(22) 998405349	ARRAIALRJ@GMAIL.COM
Paulo M. de Andrade	SECOM	(27) 998357511	JAYTON.JUNIOR@ARRAIALRJ.GOV.BR
Michelo M. Pataquini	ASCOM PMAC	(22) 99857364	asscom@arrail.rj.gov.br
Adriano Carneiro	SEGEV	22 999104170	gabinete-segeve@arrail.rj.gov.br
	Sector	22 974045363	stansfavalde@gmail.com

2/28





# Ata da reunião Grupo de trabalho Bilhete eletrônico

## Abrir sessão

No dia Vinte e seis de novembro de dois mil e dezenove foi realizada na Câmara Municipal de Arraial do Cabo (situada à Avenida Almirante Paulo Moreira s/nº) uma Reunião do Grupo de Trabalho Especial referente a instituição no âmbito do Município de Arraial do Cabo o Bilhete Eletrônico para realização de Passeios Náuticos.

## Participantes Listados

- 1 (um) Representante de cada uma das Secretarias Municipais de Turismo e Eventos, de Ambiente, de Governo, de Compras e Licitações, de Segurança Pública, do Gabinete do Prefeito.
- 1 (um) Representante da Fundação Instituto de Pesca de Arraial do Cabo
- Vereadores Municipais

## Participantes que Compareceram

Lista de Presença em Anexo.

## Relatórios

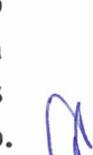
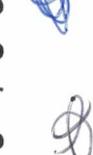
A referente reunião começou às 15:00h, sendo presidida pelo Secretário Municipal de Turismo Sr. Olavo que saudou a todos os presentes e discursou sobre a importância da reunião para o turismo e a economia do Município de Arraial do Cabo. O Sr. Olavo solicita a manifestação do representante do ICMBio. O Representante do ICMBio Jailton diz que é parceiro de todas as instituições e destaca a importante nos processos de passeios náuticos e, principalmente, na parte da RESEX. Ademais, questiona onde o papel do pescador nessa história, uma vez que devemos dar importância não só ao turismo, mas as tradições cabistas na pesca, inserindo o pescador e não expulsando-o. Dessa forma, precisa ter visão do profissional da pesca, uma vez que a reserva extrativista marinha é feita para isso. Ademais, Jailton diz que precisa entender qual a contrapartida da instauração do bilhete eletrônico. Ele declara que o ICMBio é parceiro do Poder Público e do Ministério Público. O Sr. Olavo pergunta em que fase o projeto pode beneficiar as partes, tanto o ICMBio quanto as demais partes. O representante do ICMBio diz que a prefeitura precisa garantir as exigências e contrapartidas para o investimento criado, melhorando as condições da Marina, dos passeios náuticos, além de uma identidade visual para a reserva e ampliação do marketing da cidade. O Sr. Secretario de Compras e licitações Luciano Cardoso ressalva que a denominação correta seria bilhete eletrônico e não bilhete único, explicando a diferença entre os dois termos.

*[Handwritten signatures and initials in blue ink on the right margin]*

*[Handwritten signatures and initials in blue ink at the bottom of the page]*

levantamento feito levou em conta as embarcações cadastradas no ICMBio. O Sr. Olavo diz que a empresa que ganhar a licitação deverá fazer um forte investimento na Marina. O Secretário Municipal do Ambiente Arildo pede a fala para dizer que todo ordenamento da Marina passa pelo Ministério Público Federal, uma vez que este alinhado com todo o trâmite que tem sido feito. O representante do ICMBio Jailton volta a discursar sobre a importância da preservação da pesca e turismo náutico de base comunitária efetivamente aplicado, valorizando o pescador, a colônia de pesca, o museu do pescador, a trilha do farol velho, dizendo que pode vender o bilhete eletrônico integrado com o turismo de base comunitária. O Sr. Olavo diz que o sistema que quer colocar em prática diz que qualquer cidadão poderá participar da transparência do sistema, acessando os dados. O Sr. Olavo diz que há contrapartidas explícitas no projeto, tendo que fazer um investimento na Marina com projeto a ser aprovado em consenso com o Ministério Público. Ele relata que no ano de 2018 mais de um milhão de pessoas visitaram a reserva extrativista de arraial do cabo, sendo a terceira reserva mais visitada no Brasil, perdendo para o Pão de açúcar e Foz do Iguaçu. O Sr. Olavo ressalta a importância de um turismo complementar ao passeio náutico para que o turista possa não somente conhecer as praias, mas também a história da cidade e do povo, combatendo a precariedade no qual o turista está sendo submetido nas embarcações, os excessos nas embarcações, a segurança dos passageiros e o lixo produzido. O vereador Arizinho diz que o turismo é pra cidade e pra beneficiar os trabalhadores de Arraial do Cabo que foram prejudicados ao longo do tempo. Bate na tecla que todos que foram informados devem tomar uma posição. O Sr. Thiago Fantinha diz que o passeio de barco precisa ser valorizado, mas a arrecadação das instituições já é grande, e problema está no repasse para os pescadores. Segundo ele, falta transparência. O Secretário de Compras e Licitações Luciano fala sobre a futura empresa vencedora da licitação que não será escolhida somente pelo menor valor financeiro, mas também pela sua capacidade técnica. O secretário municipal do Ambiente Arildo diz que AREMAC é na realidade a associação dos extrativistas (dos pescadores), ou seja, toda e qualquer receita está destinada ao pescador, a colônia tem 30% e também está ligada ao pescador, somando 40% aos pescadores. A FIPAC tem 60% para a gestão da Marina, funciona na prática como Secretaria Municipal de Pesca. Segundo ele, o que precisa entender é de que maneira se cobra cada investimento para que as pessoas possam ser cobradas da maneira correta, questionando que “se o valor não está sendo investido no pescador, para onde está indo o recurso?”. O poder público tem que ser cobrado pelos 60% que a ele é destinado. O Sr. Tiago Fantinha cobra a importância do comparecimento dos demais convidados na reunião para que se possa chegar em um denominador comum para que todos entendam o projeto, inclusive na geração do emprego. O sr. Max diz que o próximo encontro deveria ser o mais claro e didático possível, dizendo que o projeto de lei é muito superficial e não é amarrado, precisando que seja informado de maneira didática aos demais interessados. Ele se refere sobre a fala do Sr. Jaílton, dizendo que no dia sessão da câmara haviam muitas pessoas que usavam o argumento de que são tradicionais e que isso é feito há muito tempo, e indaga quantos daqueles que vieram ao plenário são verdadeiramente pescadores tradicionais

de arraial do cabo. Segundo ele, uma das grandes vantagens da bilhetagem eletrônica é que vai diminuir o uso político que se faz dessa questão. O sr. Monteiro diz que o discurso é de pescador tradicional mas querem usufruir igual ou ter mais vantagem que os outros. O Sr. Jailton diz que até hoje recebeu 249 pessoas para ouvir os relatos dos pescadores solicitando licença, e somente 4 falaram de fato sobre pesca. Para ele, é desonesto usar a pesca mas não mergulhar na pesca de fato. O projeto tem que beneficiar o "A" (que só trabalha pra pesca) o "B" (o cara que faz a pesca e complementa com turismo) e o "C" (empresário). Ele continua falando que para crescer, Arraial do Cabo precisa virar a página e esquecer o passado. O Sr. Olavo diz que a informalidade é sinônimo da pobreza, e a informalidade que existe no passeio náutico é o retrato da pobreza que esse setor vive. A bilhetagem eletrônica vai tirar as pessoas da informalidade e dar dignidade a quem trabalha nessa área, dando aos trabalhadores identidade e segurança. Ele ressalva sobre o momento vivido pela cidade com fim de álcalis e da crise econômica do Brasil que colaboram para o crescimento da informalidade. Para ele, "precisamos tirar da informalidade para que a cidade continue crescendo na rede de turismo e virar classe A no turismo" (através de investimento na cidade) uma vez que hoje é reconhecido o potencial da cidade. O sistema vai dar uma possibilidade ampla de todo mundo que opera com turismo se programar e fazer investimentos, assim como ocorre no mundo inteiro. A empresa que ganhar a licitação vai ter que ter capacidade de investimento e suporte técnico para dar suporte. O Vereador Erval pede a palavra para dizer que "o pescador não tem que ficar pires na mão pra pedir pra pagar", e que o pescador precisa cobrar das instituições os 40% da receita operados por eles. O sr. Arildo diz que o que já tem de cobrança da taxa não vai mudar o que já é estabelecido pelo TAC, atualmente o que é vendido da passagem não vai para o pescador. Com a bilhetagem eletrônica precisa definir e debater se vai ter uma porcentagem que irá para o pescador. O representante do ICMBio diz que o percentual da receita das instituições de pesca não é individual para cada pescador, e sim para benefício geral para produtividade da pesca e elaboração de projeto. O trabalho de "porta a porta" deveria ter sido feito antes, porém quando ele assumiu o ICMBio pegou um local bagunçado. Ele complementa falando que a intenção dele não é peitar ninguém e sim caminhar junto com a comunidade independente das opiniões contrárias. O sr. Arildo novamente destaca a importância de separar o que é bilhete único e o que está sendo usado como discurso para fomentar política. O que está sendo proposto não é bilhete único e sim bilhetagem eletrônica. Uma nova receita até pra conta do ISS e vai ter um ganho extra pra fomentar a estratégia da pesca, dos institutos e um sistema de operação que será informatizado, elogiando a transparência do projeto. O sr. Arildo diz que o pescador tem o direito de xingar e vaiar, desde que esteja disposto a conversar e tentar entender a situação, e quem pensa e fomenta da forma errada passar a rever a opinião. O vereador Junior Pacheco diz que concorda com Thiago Fantinha e que nada vai adiantar uma reunião se o que foi debatido aqui não for levado ao pescador. Segundo ele, hoje não tem como viver da pesca num local que tem passeio náutico o dia inteiro, os passeios precisam ser únicos e cada embarcação tem que ter seu seguro de vida, de acidente, e o enquadramento vai ser aceito a partir do lado do


pescador. Segundo ele “é uma questão social e a sociedade tem que comprar a briga junto com a Câmara e o ICMBio para que a discursão possa beneficiar a todos”. O Sr. Eval disse que todos os problemas ocasionados pelo turismo como trânsito e ruas quebradas são cobrados apenas dos vereadores. Segundo ele, uma boa ideia seria aumentar a capacidade dos barcos e diminuir o número de saída para preservar a malha náutica e a pesca. O Sr. Olavo diz que todos precisam tomar mais informação do que está no projeto, há um certo preciosismo de todas as partes, alguns pescadores também tem culpa do que acontece hoje pelo que aconteceu no passado, assim como todos nós como sociedade. O Vereador Sr. Luciano Fantinha diz que se os presentes na reunião não tem conhecimento perfeito do projeto, imagina a sociedade de maneira geral. A Sra. Michela faz explanação técnica sobre a bilhetagem eletrônica abordando que exerce a função de assessora de assuntos institucionais, e que acompanha de perto a questão da bilhetagem eletrônica pois foi designada desde 2017 para tal. Segundo ela, foi feito um Decreto Municipal convocando todas as instituições a comparecerem, inclusive por meio de Diário Oficial, além de todos serem oficiados, em conjunto com o Ministério Público, ou seja, o que não estiveram presente não foram por falta de conhecimento da reunião. O decreto foi montado porque houve uma reclamação que não teve uma ampla discursão, e no dia seguinte foi realizado a instauração do processo para que todos estivessem presentes no Grupo elaborado. De acordo com o que foi estabelecido, este Grupo de trabalho participaria de três reuniões, ao fim chegando a uma redação com as atas que estão sendo elaboradas. Por fim haverá uma audiência pública onde serão discutidas uma sugestões com base nas reuniões. Dessa forma, será finalizado o Projeto executivo de acordo com o que a legislação exige, e por fim, cabe ao poder executivo a forma de execução. O MP sugeriu que o projeto anterior não continuasse pois viu inconstitucionalidade em alguns pontos abordados. Na mesma hora foi solicitado uma reunião com MP, e com base nas recomendações ali proferidas, foi feito um novo projeto de lei, e assim chegou-se na criação de um Grupo de Trabalho para que alguns pontos fossem debatidos e fossem discutidas as regras da bilhetagem eletrônica. A Sra. Michela continuou seu discurso dizendo que os representantes das instituições precisam ter legalidade na representação, inclusive com a comprovação documental, mas infelizmente até o presente momento nenhuma instituição esteve presente para o cadastramento, e como poder executivo fez de tudo para que isso ocorresse. Sobre o bilhete eletrônico, o mesmo tem cinco prismas, e hoje tratamos exclusivamente de um: o meio de venda do passeio náutico. O barqueiro não trabalhará para nenhuma instituição, como está sendo dito. Para Sra. Michela “hoje o barqueiro vende da forma que bem entender, e no píer é cobrado uma taxa de embarque cobrado pela FIPAC. O que o poder público pensou sobre a bilhetagem? Vamos organizar a forma de venda, que hoje é o nosso principal produto econômico, esses dados são sólidos e serão encaminhados por e-mail. O passeio de barco continuará sendo vendido pelo valor que o barqueiro bem entender. A taxa de embarque continuará existindo só que que teremos um custo operacional para manter o sistema.”. A Sra. Michela deu o exemplo de que hoje, a marina não tem nenhuma segurança para conter tumulto, não tem sanitário, não tem segurança física. No projeto executivo, quem for operacionalizar



essa venda, deverá colocar um ponto de venda físico conforme for determinando pelo poder executivo, chegando ao ponto que o turista poderá comprar num comércio o passeio que quiser. Segundo ela, é visível que temos embarcações que não tem condições mínimas de fazer passeio de barco, não oferece o básico, mas o turista paga. Ela continua exemplificando que em búzios o passeio com traslado para Arraial do Cabo é cobrado a 240 reais, já em Arraial o valor custa 40 reais. A culpa é de uma falta de política pública que não vem de hoje, desde governos anteriores, que não investem e exploram o potencial turístico da cidade. A empresa será responsável por limpeza do píer, passarela única, manutenção do píer, contenção e chegada dos turistas, venda do ingresso por meio de Vouche, tecnologia que já é implementada no Brasil inteiro em áreas turísticas. Ademais, a empresa irá gerir toda a área de embarque, vendendo o ingresso e sendo responsável para fiscalizar a qualidade do passeio. Em resposta à pergunta do Verador Sr. Thiago Fantinha, Michela diz que o dinheiro da taxa será recolhido direto a FIPAC, assim como o do passeio será diretamente do barqueiro, e a taxa da empresa será adicionada no valor pago pelo turista. O representante do ICMBIO pergunta se sobre o cadastro das embarcações. Michela diz que o cadastro será feito por quem controla as licenças, logo o ICMBIO poderá suspender a embarcação e todos os entes saberão, uma vez que a embarcação sairá do menu de vendas. Nesse caso, os passeios já vendidos serão realocados pela empresa para outras embarcações aptas. Michela explicou que a empresa não ira retirar da embarcação dinheiro algum, a taxa será cobrada adicionalmente e os tributos continuarão sendo pagos normalmente ao poder executivo no âmbito de fiscalização fazendária. A questão é que o modelo atual não está bom para ninguém e não pode continuar assim, pois quando acontecer uma tragédia, será tarde demais. A sra. Michela afirmou que o Poder Executivo não quer construir nada sozinho, mas as pessoas não estão dando oportunidade para o projeto ser apresentado. O turista de qualidade e o turismo que arraial merece paga o valor que será taxado. A sra. Michela explica toda a planilha e diz que a empresa que ganhará a licitação será a que realizar o serviço com a menor taxa administrativa. O Sr. Olavo diz que nos termos que a Sra. Michela colocou, o que ele identifica quanto a dificuldade em relação ao entendimento do pescador é referente a má informação. A sra. Michela diz que os benefícios a cidade irão além, uma vez que a empresa deverá ser obrigada a contratar 80% da mão de obra de moradores de arraial do cabo, gerando emprego e oportunidades. Ademais, para o turista, fica a possibilidade se programar antecipadamente para compra de passeios. A Empresa terá que oferecer melhora de serviço, treinamento e qualificação dos barqueiros. Sr. Olavo levanta a possibilidade dos componentes das embarcação também serem cabistas, uma vez que hoje tem bastante pessoas de fora de arraial e do país. No entanto, Michela alerta que não pode influenciar na liberdade de contratação dos donos de barco. Ela finaliza seu discurso falando que o que não pode é agradar a todos e sim a grande maioria e os beneficiados pelo projeto, e que o poder executivo quer valorizar o trabalho do cabista e parar o ciclo viciosa de décadas de indignidade. O vereador Junior Pacheco diz que o cabista tem uma forma peculiar de interpretação e que os fatos devem ser analisados de acordo com os documentos e não com "achismos". O Sr. Thiago Fantinha parabeniza a



tem uma forma peculiar de interpretação e que os fatos devem ser analisados de acordo com os documentos e não com “achismos”. O Sr. Thiago Fantinha parabeniza a explanação da Sra. Michela, e afirma que a melhor forma de passar isso para a sociedade é trazendo uma explanação técnica como foi feita pela mesma, levando o discurso aos barqueiros e explicando os pontos e contrapontos do projeto, mostrando os benefícios que a implementação do bilhete eletrônico trará para o turismo. O representante do ICMBio diz que as pessoas na rua o perguntam se vão ter que fechar as agencias, e Sra. Michela esclarece que não, somente deverão se adequar ao novo modo de venda. O sr. Arildo pede a palavra para propor que seja feita uma reunião aberta na Marina para que todos possam entender que é uma reunião ampla, e não uma decisão arbitrária de um grupo pequeno. Ele continua dizendo que hoje, o turista chega ao Arraial para poder visitar o nosso patrimônio natural e ambiente, no entanto o Poder Público precisa pensar de que maneira podemos proteger o máximo possível nosso patrimônio, os nossos projetos ambientais vivos, para que possamos preservar essa riqueza. O sr. Thiago Fantinha fala sobre os “vendedores atravessadores”, e sugere que eles possam ser qualificados para que não saiam prejudicados, além de propor um estudo para ver a possibilidade da redução do ISS. O sr. Luciano, Secretário de Compras e Licitações, fala sobre a explanação de Michela e diz que tudo que foi falado nesta reunião foi dito também as instituições e ao Ministério Público. A Sra. Michela diz que na reunião do MP foi muito além e teve que detalhar quatro folhas de pergunta enviadas dos pescadores, e afirmou que se coloca à disposição para explicar quantas vezes for necessária, dizendo que esse grupo de trabalho é para fazer a coleta de dados para que desenvolva o projeto de lei de acordo com os debates, a transparência e legalidade. O Sr. Olavo novamente pede a palavra para agradecer a todos pelo comparecimento na reunião. A reunião terminou as 17:55h.

Arraial do Cabo 26 de Novembro de 2019

Michela Polaquini  
Mat. 44005

Mauricio L. Pires

Luciano S. L. dos Santos  
Secretário Municipal de Compras e Licitações  
Mat. 40885

Sec. Seg. Páris